

# BRASIL, O NOVO ALIADO

*ATE' BEM POUCO TEMPO O SEU BÔJO PARECIA UMA CABEÇA DE PONTE PRÓPRIA A INVASÃO DO EIXO. MAS AGORA E' COM SEGURANÇA O TRAMPOLIM INDISPENSÁVEL DOS CAMINHOS AÉREOS PARA A ÁFRICA, ÍNDIA E CHINA.*

Traduzido da revista norte-americana "Fortune"  
pelo Ten. Cel. PAULO MAC CORD

Em janeiro último, diplomatas dos Estados Unidos recém-chegados ao Rio de Janeiro assistiam a uma parada. Conquanto o ritmo das bandas militares, as ovações e o humor folgazão peculiar aos cariocas inspirassem certo bem-estar, o momento era para os norte-americanos de quasi intolerável tensão. Os Estados Unidos estavam no seu segundo mês de guerra e cambaleando ainda sob os golpes selvagens recebidos dos japoneses no Pacífico. As vinte repúblicas da América Latina estavam reunidas no Rio para, para aceitar ou rejeitar duas propostas da maior importância: rompimento das relações com as potências do Eixo e incremento da mobilização econômica do hemisfério em favor do esforço bélico norte-americano.

Com exclusão da Argentina e do Chile obtiveram os Estados Unidos uma resposta unânime das nações sul-americanas, em uma expressão de solidariedade continental. O Brasil, também, prometera o seu apoio. Mas, depois das versões veiculadas nos Estados Unidos a respeito de sentimentos simpáticos à Alemanha que possivelmente medravam no Brasil, muitos norte-americanos punham dúvida na verdadeira significação daquela promessa. Estaria o Brasil realmente com eles? Portar-se-ia por diante com a sinceridade de um bom vizinho ou limitaria sua ação aos aplausos verbais dirigidos ao ideal da unidade hemisférica?

Muitos dos mais conceituados generais brasileiros não faziam mistério de participarem daqueles sentimentos pela Alemanha, pois



estavam convictos da falência das democracias e não queriam enfileirar a sua própria pátria ao lado dos vencidos. Nada havia os conencesse -do contrário. Alguns funcionários do Departamento do Estado que se achavam no Rio tiveram então oportunidade de rememorar a visita do general Góes Monteiro, Chefe do Estado Maior do Exército Brasileiro, aos Estados Unidos, antes da declaração de guerra. Cumprindo o seu programa de impressionar estrangeiros influentes, a Alemanha já o tinha convidado para inspecionar seus exércitos, mas o Departamento do Estado conseguiu persuadi-lo de vir a Washington em primeiro lugar. O Exército fez uma exibição de tudo o que possuía relativamente à força aérea e ao equipamento blindado, na esperança de produzir no julgamento do general uma impressão que nem a Wehrmacht nem a Luftwaffe pudessem inteiramente obliterar. Góes Monteiro, homem arguto e impassível, para tudo olhava sem expressão. Somente uma vez deixou transparecer sua emoção, ao assistir a uma demonstração de bombardeio de precisão a grande altura, por uma fortaleza voadora.

Segundo relatou o diplomata norte-americano que dava aso a esses pensamentos enquanto assistia à parada, seu ceticismo foi subitamente desfeito de maneira curiosa. “Ao se aproximar uma coluna de colegiais do sexo feminino, com blusas de marinheiro e saias escuras” — diz ele, — “a questão logo se me aclarou. Havia qualquer coisa no modo de caminhar daquelas brasileiras, uma certa graciosidade, jovial e intrínseca, um ar de povo livre, que me fez dirigir aos circunstantes a afirmação de que nada deveríamos recear daquela gente, que nenhum vestígio conservava dos europeus, mas aparentava, em tudo pertencer a este continente, como nós”.

A espontaneidade da afeição contida em semelhante afirmativa encontra reflexo em atos anteriores de personagens brasileiras, tendo persistido, mesmo através das variações da política e a despeito das diferenças de idioma e de raça, como uma constante sentimental, porém indestrutível, definindo a equação de um mútuo entendimento histórico. Há mais de um século passado, no tempo do Brasil Regência, um membro do Governo do Brasil, em um gesto de boa amizade, apresentou um projeto de união com os Estados Unidos. O Brasil seguiu-nos na última guerra, sendo o único país da América do Sul a entrar em luta contra a Alemanha. Na memorável conferência do Rio tomou ele



a vanguarda na pugna pelo imediato rompimento das relações de todos os países com as potências do Eixo, e a consequente formatura do continente ao lado dos Estados Unidos. Sete meses depois, em agosto, pela segunda vez, ingressou ele na guerra ao nosso lado.

Agora que as duas nações estão aliadas, esse sentimento de reciprocidade poderia, sob orientação inspirada, conduzir a coisas maravilhosas. A possibilidade de serem dispensadas as exigências protocolares suntuosas que dificultam as negociações entre países amigos foi demonstrada em julho findo, quando a Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos estava sendo instalada em Washington afim de coordenar os interesses militares recíprocos. Antecipando-se à chegada da missão brasileira, representando o Exército, a Marinha e a Aeronáutica, o representante dos Estados Unidos, major-general J. Garesché Ord, tinha cuidadosamente redigido as regras básicas para uma colaboração por meio de conscienciosa consideração do protocolo.

O general Estevão Leitão de Carvalho, chefe da missão brasileira, examinou atentamente o papel e pô-lo de lado, desapontado, dizendo: "Muito bem, se assim o desejais. Mas, não nos será possível trabalhar em conjunto com menos cerimônia?" "Isso me agrada", respondeu o general Ord, que possui a repugnância do infante pelas formalidades. Assim dizendo, rasgou o papel e lançou os fragmentos à cesta, e observava hoje com satisfação que, se as guerras são inevitáveis, esse é um meio de torná-las toleráveis.

O alistamento do Brasil ao lado das Nações Unidas, em um momento de decepção nas nossas frentes de combate, era uma conquista moral e política de primeira ordem, pois representava o acréscimo de fatores positivos em um prato de balança oscilante: a aliança de 44 milhões de almas, o alto potencial econômico de uma área rica em matérias estratégicas e maior que a Europa de Hitler e um exército profissional de 100.000 homens, efetivo este agora em rápida elevação. Junte-se a tudo isso um legado geográfico de incalculável importância: o bôjo de costa que se projeta para a África.

Esse bôjo é uma faixa costeira de cerca de 1.800 milhas, estendendo-se de Belém, na foz do Amazonas, até a Baía, porto de cacau, a 900 milhas nordeste do Rio. Parte da região é constituída de mata virgem, parte de zonas quasi áridas. Nela vivem cerca de 12 milhões de brasileiros, principalmente nos arredores dos portos, dos quais os



mais importantes são Belém, Fortaleza, Natal, Recife e Baía. Na realidade, o bôjo é uma ilha, pois é ligado com o Rio e com o Sul industrial somente por mar e pelo ar. Não há ferrovias costeiras, e uma viagem em automovel da capital à Baía, na base do bôjo, constitue uma expedição desanimadora. No próprio bôjo as poucas ferrovias existentes penetram na região servida pelos portos e não se intercomunicam. Conquanto as cidades tenham uma rede de estradas própria, não existe uma estrada real ligando-as todas. Os gêneros são escassos. Mesmo os alimentos básicos, feijão e farinha, têm entrada, na sua maior parte, por mar.

Sem fortalezas, mas apenas com uma costa vulneravel e serpenteante, o bôjo brasileiro é, não obstante, tão indispensavel à estratégia mundial como Gibraltar, Hawaii ou a Terra Nova. Ao norte, acima de Belém, limita-se com a Guiana Francesa controlada por Vichy, a qual em condições extremas, poderia constituir uma ameaça perigosa à bacia amazônica. A leste, em Recife e Natal, constitue uma base avançada apontando para a África Ocidental (tambem controlada por Vichy), porta trazeira para o Sahara e a retaguarda do "Afrika Korps". De Natal a Dakar gastam-se oito horas em bombardeiro e cinco dias por transportes de tropas. Até bem pouco tempo o "estreito de Dakar" era anciosamente encarado como um provavel caminho unidirecional para uma invasão nazista. Mas, hoje, como Anne O'Hare o demonstrou no "New York Times", graças à atuação corajosa do Brasil, a ameaça foi invertida: "Natal é que, pela sua proximidade de Dakar, constitue agora iminente perigo para o Eixo".

Sem o bôjo brasileiro, os caminhos aéreos para a África, Oriente Médio, Índia, China e Cáucaso, seriam impossiveis, com o alcance eficaz atual da aviação. O outro caminho em volta do mundo termina na Austrália e a projetada estrada transártica, pela Rússia e a China, segunda alternativa, acarreta problemas de abastecimentos volumosos. Na atual emergência, esse vasto campo de aterrissagem tem estado à nossa disposição desde princípios de 1941, quando o Presidente Getulio Vargas, atendendo provavelmente a um apelo do Sr. Roosevelt, concedeu permissão à Pan American Airways para construir e melhorar aeroportos na orla do bôjo para operações de travessia. Os Estados Unidos então não estavam em guerra, resultando o benefício em favor da Inglaterra, que necessitava desesperadamente de aviões na Líbia.



A importância dessa concessão nunca pode ser apreciada em toda a extensão, em parte porque nenhum dos governos desejava que o Eixo viesse a saber o que tinha sido assentado. Permitiu ela a reconstrução do Oitavo Exército Britânico após os esmagadores golpes de Rommel, a remessa de reforços, conquanto ineficazes, de forças dos Estados Unidos para as Filipinas e Java nos primeiros meses tenebrosos da guerra e, finalmente, o fornecimento de materiais de emergência à Índia e à China. O Brasil, achando-se então oficialmente neutro, o acordo foi a princípio disfarçado em transação comercial. As tripulações de travessia da Pan American eram constituídas de pessoal reformado do Exército, sujeitando-se os aparelhos nos primeiros tempos ao desembaraço por parte das autoridades brasileiras.

Presentemente, distinguem-se uniformes norte-americanos em muitos portos e campos de aterrissagem situados no bôjo brasileiro. Noite e dia a batida dos bombardeiros que se dirigem para leste e o ruído dos pesados transportadores de carga ressoam pelas cidades e florestas. O oficial aviador n. 1 brasileiro, brigadeiro do ar Eduardo Gomes, está no comando, com seu quartel-general em Recife. Ele é carioca, dotado de rude franqueza e rosto magro. O combate não constitui novidade para o brigadeiro Eduardo Gomes. Ele marchou ao lado de Getúlio Vargas na revolução de 1930, que colocou o último na presidência. Em uma revolta anterior, dentro do Exército, foi um dos sobreviventes da guarnição do forte de Copacabana, que sustentara batalha sangrenta na praia.

Os oficiais da Aeronáutica e da Marinha dos Estados Unidos estacionados no bôjo brasileiro encontraram no brigadeiro Gomes um estrategista que incarna o valor da força aérea. Agora, na casa dos quarenta, sua única ambição é construir não somente uma poderosa Força Aérea Brasileira mas também um serviço comercial aéreo oficial bastante forte para competir com a Panair do Brasil. Um oficial norte-americano que com ele privou pôe em evidência a sua indomável força de vontade e a persistência com que se dedica aos assuntos da sua especialidade.

## O BRASIL DE VARGAS

No seu primeiro encontro com a imprensa estrangeira depois da entrada do Brasil na guerra, o ministro Oswaldo Aranha, das Relações



Exteriores, sustentou a tese de que os Estados Unidos não tinham empurrado o Brasil para a guerra. A decisão, disse ele, foi inteiramente do Brasil, salientando sorridente que o embaixador dos Estados Unidos, Jefferson Caffery, não estava no país na ocasião. Isso foi em resposta ao rádio de Berlim, cujo transmissor poderoso, dirigido para o Brasil, havia vociferado: "Vendeu-se aos traficantes e judeus que integram o estado-maior de Roosevelt".

O governo de Hitler ficou desnorteado pela rápida mudança na política do Brasil. O rádio de Berlim, no seu primeiro reconhecimento do novo inimigo, expressou "alguma surpresa" de que a influência dos Estados Unidos se tivesse "tornado tão forte". A propaganda nazista em seguida firmou-se no sarcasmo de que o Brasil já tinha sido "comprado" e "ocupado" pelos Estados Unidos, "sua entrada formal na guerra não tendo significação". Mas os arrazoados do dr. Goebbels não esconderam o desapontamento alemão pelo fracasso da conquista do coração do Brasil. Desta vez, o espírito de conciliação bem inspirado, sem a capa dissimulada da necessidade de "proteção", havia sobrepujado a política da força.

Na realidade, durante os cinco anos precedentes, a despeito da tradicional amizade reinante e das nossas credenciais de melhores fregueses, os Estados Unidos nunca souberam ao certo com quem estava o Brasil. Em 1937, o Presidente Getulio Vargas havia proclamado o *Estado Novo*, regime baseado em uma constituição especialmente elaborada, mas todas as entidades legislativas foram dissolvidas, suspensas as eleições e, em lugar das antigas instituições democráticas, originalmente calcadas nas nossas (norte-americanas); foi criado um governo pessoal, com todas as aparências de uma ditadura.

O golpe de força, combinado com a presença de grandes minorias alemãs e italianas, fez estremecer o Departamento do Estado e a imprensa liberal norte-americana. Alguns cidadãos mais inflamados dos Estados Unidos estiveram a ponto de denunciar o *Estado Novo* e golpear o comércio vulnerável do Brasil. Pensamento mais prudente convenceu, entretanto, o Sr. Hull e o Sr. Welles de que isso equivaleria a aumentar o abismo que se ameaçava formar entre os brasileiros e a república norte-americana. Ao invés, orientaram a sua ação depositando sua fé na evolução da política da boa vizinhança, com a sua doutrina básica de não intervenção nos negócios internos dos



ros países e o seu princípio dominante de solidariedade continental contra agressões externas. E, assim procedendo, revelaram sua consciência no arraigado sentimento de liberdade individual dos brasileiros e o grande espírito de crítica que estes possuem.

Além disso, uma inspeção mais profunda do *Estado Novo* mostrou que se tratava menos do lobo que da pele do lobo. Os brasileiros tinham suas idéias tão livremente como dantes, havia pouca regimentação e nenhum "culto de chefe" ou fraseado místico padronizado dos ditadores europeus. Um epigrama carioca atribuía ao Brasil a ditadura sem ditador.

O único movimento sério a favor do fascismo foi morto no nascedouro pelo Presidente Vargas em pessoa, abatendo, em 1938, um *tsch* integralista e frustrando, de armas na mão, uma tentativa de morte à sua pessoa, no Palácio Guanabara. A embaixada alemã parecia estar comprometida, tendo sido o embaixador declarado *persona non grata*.

Os acontecimentos têm justificado a política de Hull e Welles, mas houve momentos, especialmente após o irrompimento da guerra na Europa, em que pareceu estar perdido tanto quanto havia sido o sonho. Do lado favorável, o Brasil tinha finalmente concordado em pagar à sua enorme dívida em uma base mútua satisfatória e liberando seu câmbio congelado, facilitando assim os negócios. Na Conferência Pan-Americana de Havana (1940), assim com anteriormente em Montevideu (1933), Buenos Aires (1936) e Lima (1938), os seus diplomatas quebraram lanças em prol da política de boa vizinhança.

Do lado desfavorável, porém, parecia que a política de Hull e Welles tinha fracassado num ponto: a necessidade do Brasil afastar os perigos estrangeiros de dentro de suas fronteiras.

Quando os Estados Unidos conclamaram a importância vital do trabalho brasileiro, os jornalistas despachados para o Brasil começaram a encontrar todas as espécies de complicações na vida desse país: grupos organizados de quintas-colunas com simpatizantes no Exército, conspirações para derrubar Vargas e lançar o Brasil na guerra contra a Inglaterra. Nenhum desses receios era exagerado. A embaixada alemã pululava de propagandistas e espões; jornais financiados pelos nazistas difamavam ousadamente as democracias; alemães que haviam penetrado em todos os meandros da vida da nação pregavam



a doutrina da invencibilidade do Reich. A Condor, subsidiária da Lufthansa, operava em uma linha aérea costeira e interior. A linha Lati, italiana, ligando Roma a Natal, espionava a navegação transatlântica, contrabandeava diamantes industriais e relatórios inimigos sobre o bloqueio britânico, ao mesmo tempo que atendia os diplomatas do Eixo na América Latina com o fim de propaganda.

O fato de não ter o Presidente Vargas suprimido essas atividades, ao passo que dissolvia as escolas e a imprensa de língua alemã, foi muito mal interpretado nos Estados Unidos. Parecia que ele estava apenas esperando ver para que lado o gato pularia. Karl Loewenstein, no seu livro "*Brazil under Vargas*", sustenta a teoria de que Vargas "recusava apostar nas democracias", enquanto a Alemanha parecesse invencível, "resistia também a todos os impulsos tendentes a lançá-lo na guerra contra ela, até que a derrota da mesma não mais estivesse razoavelmente fora de dúvida".

Getúlio Vargas é um estadista taciturno e refletivo, porisso mesmo cauteloso; em virtude da sua técnica consistir em deixar os acontecimentos tomarem forma antes dele mesmo irremediavelmente se comprometer, suas razões têm sido muitas vezes inescrutáveis. Certamente teve ele de se equilibrar diante de enérgicos golpes recebidos de direções opostas. De um lado estavam alguns generais e ministros, convencidos de que a causa das democracias estava perdida. De outro, o seu Ministro das Relações Exteriores Oswaldo Aranha, sua filha Alzira, muito ligada a ele pelos laços de intelectualidade e emotividade, e a grande maioria do povo brasileiro, fiel aos princípios democráticos. (Durante a fase de neutralidade e diante de uma ordem governamental proibindo qualquer demonstração exterior de simpatia nos cinemas, o povo aplaudia Roosevelt e Churchill, enquanto apupava Hitler e Mussolini.)

Contudo, o exame dos fatos não permite fugir à conclusão de que, enquanto Vargas parecia estar mantendo duas forças em equilíbrio, ele estava na realidade comprometendo uma delas. O acordo em princípio de 1941, abrindo os campos de pouso no bôjo brasileiro às operações de travessia dos Estados Unidos foi um passo significativo para fora da "neutralidade calculada". Um outro, de igual significação, seguiu-se poucos meses mais tarde, em julho; o primeiro dos contratos exclusivos de compras, que deu aos Estados Unidos o privilégio de



adquirir o excesso exportável de materiais estratégicos — manganês, diamantes industriais, borracha, etc.

O papel, extremamente importante de Vargas em modelar a Resolução do Rio, foi ainda outro passo na sua marcha firme para a guerra. A Lati foi despejada de suas bases no continente, extinguindo-se por isso. A Condor foi dissolvida e encampada pelo governo. Em maio, novo e inesperado fator foi introduzido na situação: um acidente de automovel vitimou o Presidente Vargas, de uma maneira tão grave que durante cerca de quatro meses ficou o mesmo impossibilitado de deixar o Palácio. Se houvesse necessidade de uma prova de quanto ele significava para o Brasil como força equilibrante, ela poderia ser dada pela confusão e ansiedade que no momento surgiram.

### A GRANDE DECISÃO

Em 17 de agosto, o Departamento de Imprensa e Propaganda anunciou o afundamento de três navios brasileiros, entre Baía e Sergipe. “Pela primeira vez”, dizia a comunicação, “navios brasileiros no serviço da navegação costeira, transportando passageiros de um Estado para outros, foram atacados por submarinos do Eixo”. Na tarde do mesmo dia, outro boletim esclarecia que o *Baependi*, um dos navios alvejados, transportava tropas brasileiras, e que mais dois navios tinham sido também torpedeados.

No dia seguinte as escolas do Rio se esvaziaram. Estudantes, transportando cartazes com os dizeres “Queremos a Guerra”, surgiram pelas avenidas onde os comerciantes do Eixo, amedrontados, tinham trancado suas portas de aço. Na Embaixada dos Estados Unidos uma multidão ergueu vivas a “Jefferson Caffery, amigo do Brasil”, e o Coronel Etchegoyen, recém-nomeado chefe de Polícia, incorporou-se aos oradores que dos degraus do Teatro Municipal verberavam o indigno procedimento do Eixo.

Como pequenos mananciais que engrossam uma caudal, os grupos despejaram-se por entre as palmeiras imperiais da rua Paissandú, comprimiram-se contra os portões de ferro e inundaram o parque do Palácio Guanabara, onde milhares de vozes passaram a clamar pelo Presidente. O Presidente Vargas apareceu na sacada, apoiado ao braço de sua esposa, pela primeira vez em público depois do seu aci-



dente. Disse-lhe que regressassem aos seus lares, mas que se conservassem ativos e tivessem confiança no governo.

A multidão deixou o Palácio, mas não se dispersou. Na tarde seguinte, milhares de pessoas assistiram a uma queima de bandeiras nazistas na escadaria do Teatro Municipal. No dia 21, uma delegação de marítimos compareceu ao parque do Guanabara. O Presidente declarou-lhes que “o mar é um símbolo de liberdade e a nação que não protege os seus mares não é digna de viver”. Naquela noite as luzes do Palácio permaneceram acesas. Pela madrugada a decisão tinha sido tomada, mas o povo só dela teve conhecimento à tarde, quando o rádio de Montevidéu anunciou que o Brasil estava em guerra com a Alemanha e a Itália. A comunicação oficial foi transmitida quasi concomitantemente, após a reunião coletiva do Presidente com os Ministros.

É interessante notar que não houve declaração de guerra, mas o “reconhecimento de um estado de beligerância”. O Ministro Aranha, na sua entrevista à imprensa estrangeira, explicou que a expressão fôra adotada como deferência à orgulhosa tradição do Brasil de nunca ter declarado guerra a nação alguma. A Itália tinha sido incluída, acrescentou ele, porque estava “integrada” na guerra ao lado da Alemanha. O Japão, não tendo cometido ato agressivo, não fôra incluído, constituindo isso, porém, uma distinção que não implicava em diferença de tratamento.

